



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM

**LEI MUNICIPAL nº 1.311 de 19/06/2007**

**“Dispõe sobre a proteção, conservação e preservação de árvores e áreas verdes na área urbana do Município de Coxim”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Capítulo I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre política ambiental entre o Poder Público Municipal e os Municípios de Coxim, visando à proteção, uso, conservação e preservação de árvores e áreas verdes que emolduram o perímetro urbano do Município de Coxim.

**Parágrafo único** – A política ambiental entre o Poder Público Municipal e os municípios de Coxim, de que trata o “caput” deste artigo, também abrange a supressão ou podas de árvores em vias ou logradouros públicos.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta lei, consideram-se como bens de interesse comum a todos os municípios, as árvores, os parques, as praças e os jardins públicos existentes na área urbana deste Município, bem como as mudas de árvores plantadas em vias ou logradouros públicos.

**Art. 3º** - Cabe a Coordenadoria dos Parques e Áreas Verdes, da Secretária Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Infra-estrutura – SEMDESI, ou através de convênios com outros órgãos ou entidades e empresas especializadas, promover:

- I – A seleção de espécies destinadas à arborização considerando suas características, os fatores físicos e ambientais, bem como o espaçamento para plantio;
- II - Projeção e implantação de viveiros;
- III – Produção de mudas ornamentais e de frutíferas, preferentemente de regionais nativas, se considerado de interesse;
- IV – Desenvolvimento de ações preventivas e promoção do combate a pragas e doenças das árvores e plantas ornamentais, preferentemente através do controle biológico;
- V – Estimulo de arborização e o ajardinamento com fins ecológicos e paisagísticos;
- VI – Incentivo à iniciativa privada e entidades comunitárias a adoção de um jardim, praça, um quarteirão, uma rua de árvores objetivando a preservação e conservação destas;
- VII – Estudos, pesquisas e divulgação das atividades ligadas às suas atribuições, funções e objetivos, educação ambiental e cursos de treinamento e aperfeiçoamento de mão-de-obra para as tarefas de arborização urbana;
- VIII – Realização no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de um plano de arborização global da cidade, onde deverá constar no mínimo:

a) Espécies a serem produzidas e plantadas e;

b) As condicionantes técnicas para cada espécie, nos lugares a serem implantadas.

IX – Realização no prazo máximo de um ano do Inventário da Arborização Urbana e sua constante manutenção referente aos trabalhos de incrementos de plantios e também das retiradas;

X – Autorizar, bem como efetuar, quando necessário, o corte e a poda de árvores;

XI – Incentivar medidas de proteção e recomposição de flora nativa regional, principalmente as ameaçadas de extinção;

## **Capítulo II DA ARBORIZAÇÃO URBANA**

### **Seção I DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES**

**Art. 4º** - Entende-se por áreas verdes e áreas arborizadas, públicas ou privadas, as delimitadas por autoridade competente, com o objetivo de implantar ou preservar a arborização e ajardinamento, visando assegurar condições ambientais e paisagísticos;

**Art. 5º** – As áreas verdes e áreas arborizadas de que trata o artigo anterior podem ser utilizadas para:

I – Lazer;

II – Implantação de equipamentos sociais;

III – Proteção de cabeceiras, margens de córregos, rios e lagos;

IV – Harmonização paisagística e ecológica;

**Art. 6º** - Consideram-se ainda, áreas verdes:

I – As áreas municipais que já tenham ou venham a ter, por decisão do Poder Executivo, observadas as formalidades legais, a destinação referida no artigo anterior;

II – Os espaços livres constantes dos planos de loteamento;

III – As previstas em planos de urbanizações já aprovadas por Lei ou que vierem a sê-lo;

**Parágrafo Único** - Nenhum loteamento ou desmembramento será aprovado pela Prefeitura, sem que a previsão de áreas verdes esteja compatível com a ocupação prevista.

**Art. 7º** - As áreas de propriedades particulares classificam-se:

I – Clubes esportivos sociais;

II – Clubes de campo;

III – Áreas arborizadas;

IV – Condomínios;

**Art. 8º** - Nas áreas verdes, particulares ou públicas, deve ser obedecida a Lei do Uso do Solo, com respeito à taxa de ocupação.

**Art. 9º** - Considera-se Sistema de Áreas Verdes do Município, o conjunto das áreas delimitadas pela prefeitura, em conformidade com o artigo 3º da presente Lei.

**Art. 10** - São consideradas áreas verdes e como tal, incorpora-se no Sistema de Áreas Verdes do Município, dentre outras:

I – Todas as praças, jardins e parques públicos do Município;

II – Todos os espaços livres de arruamento, já existentes ou cujos projetos vieram a ser aprovados;

## **Seção II**

### **DOS CRITÉRIOS PARA ARBORIZAÇÃO E AJARDINAMENTO**

**Art. 11** – A arborização, a juízo da Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes, da SEMDESI só poderá ser feita:

I – Nos canteiros centrais das avenidas, conciliando a altura da árvore adulta com a presença de rede elétrica aérea e com a iluminação pública, se existir;

II – Nas ruas e passeios que tiverem largura compatível com a expansão da copa da espécie arbórea a ser utilizada, observando o afastamento das construções e o espaço disponível para os pedestres e os veículos;

**Parágrafo único** – Nos passeios e nos canteiros centrais, a pavimentação será interrompida, para possibilitar o plantio das árvores e o ajardinamento.

**Art. 12** - Nos casos de construção em locais não arborizados, a liberação do habite-se fica vinculado ao plantio de árvore que será fornecida gratuitamente pela Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes.

**Art. 13** - As calçadas situadas nas faces Sul/ Leste ficam destinadas ao plantio de árvores de pequeno e médio porte (aproximadamente até 6 metros de altura) e, o do lado Norte/Oeste, destinadas à instalação de equipamentos públicos, tais como: redes de energia elétrica, telefônica, telegráficas e outros, poderão também ser arborizadas, ficando, porém, o plantio restrito às arvoretas ou árvores de pequeno porte (até aproximadamente 4 metros de altura).

**Art. 14** - Para proceder-se à arborização recomenda-se:

I – Utilizar mudas da flora regional, adaptadas para centros urbanos e de porte compatível com o espaço disponível;

II – Utilizar mudas de espécies vegetais que possuam sistema radicular pivotante e profundo, de modo a não danificar os passeios, a pavimentação e as redes subterrâneas;

III – Utilizar devido ao clima tropical do município, espécies que tenham copas densas perenifólias;

IV – Evitar espécies com folhas pilosas;

V – Evitar plantio de espécies que produzam flores ou frutos excessivamente grandes ou carnosos;

VI – Evitar espécies cujas flores exalem acentuado perfume, e que sirvam para ornamentação;

**Parágrafo Único** - É recomendado evitar o plantio de plantas tóxicas e das providas de elementos passíveis de provocar alergias e as que possuem espinhos.

**Art. 15** – As mudas de árvores ornamentais na ocasião do plantio devem apresentar-se:

I – Sadias, com troncos retos e sem ramificação baixa;

II – Com altura mínima de aproximadamente 1,80 cm;

**Art. 16** – Os seguintes critérios serão obedecidos para ajardinamento em passeio:

I – O plantio será feito no período chuvoso e seguirá os seguintes parâmetros técnicos:

II – Deverá um distância mínima de 05 (cinco) metros de postes da rede de energia elétrica e esquinas, sempre a partir do alinhamento predial e nas confluências de ruas;

IV – Será utilizada preferencialmente uma mesma espécie de árvore em um mesmo lado da via pública, obedecendo aos critérios técnicos ou não de eletrificação na via;

V – Manter livre de calçamento, no mínimo uma área de 1 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) ao redor de cada árvore plantada;

VI – Aquele que executar a arborização deverá prover a proteção para as árvores plantadas, quando for necessário;

VII – O passeio nunca possuir largura inferior a 100 cm e a faixa ajardinada longitudinalmente, deve ficar junto ao alinhamento do lote;

VIII – A faixa ajardinada nunca deve ocupar mais que ¼ da largura do passeio;

IX – Nos passeios com largura superior a 250 cm será permitido uma segunda faixa de ajardinamento junto ao meio fio;

X – Nas faixas junto ao meio-fio só será permitido o plantio de grama e na faixa junto ao alinhamento do lote, faculta-se o plantio de plantas arbustivas, próprias para jardins;

**Art. 17** - A Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes realizará o replantio das árvores mortas, doentes e das que forem destruídas por raios e vendavais.

**Art. 18** - A Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes deverá elaborar um Guia de Arborização para melhor orientação da população coxinense.

**Art. 19** - Não será permitida a utilização de árvores situadas em locais públicos, para colocação de cartazes e animais nem para suporte ou apoio de objetos de instalações de qualquer natureza;

**Art. 20** - Fica proibido o plantio de árvores em imóveis particulares, anexo às vias de logradouros públicos que venham a interferir com equipamentos públicos e, nos casos já existentes, ficam de responsabilidade do proprietário a sua remoção, com a devida autorização da Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes.

**Art. 21** - Os projetos de iluminação pública ou particular em áreas arborizadas deverão compatibilizar-se com a vegetação arbórea existente de modo a evitar futura poda.

### **Seção III**

### **DA SUPRESSÃO E DAS PODAS**

**Art. 22** - A supressão ou poda de árvores em vias ou logradouros públicos só poderá ser autorizada nas seguintes circunstâncias:

I – Em terreno a ser edificado, quando o corte for indispensável à realização da obra, a critério da Prefeitura Municipal;

II – Quando o estado fitossanitário e a senescência da árvore justificar;

III – Quando a árvore, ou parte dela, apresentar risco iminente de queda;

V – Nos casos em que a árvore esteja causando comprováveis danos permanentes ao patrimônio público ou privado;

V – Quando o plantio irregular ou a propagação espontânea de espécies arbóreas impossibilitar o desenvolvimento adequado de árvores vizinhas;

VI – Quando se tratar de espécies invasoras, com prejudicial comprovada;

VII – Quando impedir ou reduzir a visibilidade dos sinais de trânsito;

**Art. 23** - Fica proibido ao munícipe, a realização de corte ou podas de árvores existentes em vias ou logradouros públicos.

**Art. 24** - A realização de corte ou poda de árvores em vias logradouros públicos só será permitida à:

I – Funcionários da Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes da SEMDESI;

II – Funcionários de empresas concessionárias de serviço público:

a) mediante a obtenção de prévia autorização, por escrito da Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes;

b) com comunicação a posteriori, a Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes, nos casos e emergenciais, esclarecendo sobre o serviço realizado, bem como, do motivo do mesmo;

III – Soldados do Corpo de Bombeiros nas ocasiões de emergência em que haja risco iminente para a população ou patrimônio, tanto público, como privado.

**Art. 25** - Qualquer árvore do Município poderá ser declarada imune ao corte, mediante ato da SEMDESI, por motivo de sua localização, raridade, antiguidade, de seu interesse histórico, científico e paisagísticos, ou de sua condição de porta-semente.

I – Qualquer interessado poderá solicitar declaração de imunidade ao corte, através de pedido escrito a Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes, incluindo a localização precisa da árvore, características gerais relacionadas com a espécie, o porte a justificativa para a sua proteção.

II – Para efeito deste artigo, a Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes deverá:

a) emitir parecer conclusivo sobre a procedência do pedido;

b) cadastrar e identificar, por meio de placas indicativas, as árvores declaradas imunes ao corte;

a) dar apoio técnico à preservação das espécies protegidas;

**Art. 26** - Constitui contravenção penal, de acordo com a Lei Federal 4.771 de 15 de setembro de 1965, o ato de matar, lesar ou maltratar por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia ou árvores Imune de corte.

**Art. 27** - É proibida a prática de anelagem ou envenenamento, visando a morte da árvore.

**Art. 28** - A fiscalização municipal aplicará multa aos infratores desta Lei, sem prejuízo da ação de outros órgãos, a saber:

a) corte não autorizado, derrubada ou morte provocada: 15 Unidades Fiscais do Município – UFM's;

b) poda drástica ou excessiva: 5,0 Unidades Fiscais do Município – UFM's;  
demais infrações: 2,0 Unidades Fiscais do Município – UFM's;

c) não reconstituição do passeio: 3,0 Unidades Fiscais do Município – UFM's;  
não retirada das raízes e toco da árvore cortada: 5,0 Unidades Fiscais do Município – UFM's, por árvore;

I – Nos casos de reincidências, ou do não atendimento às medidas expostas na notificação, as multas, a critério da Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes integrado a SEMDESI, deverão ser aplicadas em dobro.

II – No caso de cortes não autorizados, o infrator será obrigado a plantar outra espécie indicada pela Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes, no mesmo local mais próximo possível.

**Art. 29** – As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições da Lei. Em caso de decisão condenatória terá direito, num prazo máximo de 15 (quinze) dias, o atuado, de recorrer de forma definitiva ao Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente.

**Parágrafo único** – Exauridos os recursos administrativos, o infrator terá prazo de 05 (cinco) dias corridos para efetuar o recolhimento do valor da multa, sob pena de inscrição de dívida ativa.

**Art. 30** – Na implantação de loteamento urbano e condomínios com vias de circulação interna será exigido o plantio de no mínimo uma árvore para cada parcela de área de acordo com o exposto no art. 6º da presente Lei.

**Parágrafo Único** – A Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes deverá exigir projeto de arborização por técnico habilitado, com documento de responsabilidade técnica e com a anuência da Secretária Municipal de Gestão.

**Art. 31** – Os valores arrecadados com taxas de retiradas de árvores, multas de infrações cometidas e valores arrecadados com a venda de madeira proveniente do corte de árvores serão destinadas ao fundo Municipal de Turismo e Meio Ambiente (CONTUR).

**Parágrafo Único** – Toda a madeira proveniente da retirada das árvores pertencerá ao Município de Coxim.

**Art. 32** - A fiscalização e vistorias relativas às árvores deverão ser executadas pela Coordenadoria de Parques e Áreas Verdes, SEMDESI e polícia Ambiental. O servidor portará credencial que deve constar os seguintes dados:

- a) nome do servidor;
- b) fotografia;
- c) número da matrícula;
- d) título da função exercida.

**Art. 33** - Incumbe ao proprietário do imóvel a arborização correspondente à testada do seu imóvel em desacordo com esta Lei, podendo o Município executar a arborização com ônus para o proprietário.

**Art. 34**– O poder executivo regulamentará a presente lei, no que for julgado necessário à sua execução.

**Art. 35** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de junho de 2007.

**Engº Agrº MOACIR KOHL**  
**Prefeito Municipal**  
**Coxim**